

A RELAÇÃO ENTRE O USO DE AGROTÓXICO E O SUICÍDIO NA ZONA RURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA

THE RELATION BETWEEN THE USE OF PESTICIDE AND THE SUICIDE IN RURAL ZONES: CONTRIBUTIONS FOR THE PSYCHOLOGY ACTUATION

ALVARENGA, Gilnete Bezerra Ferreira¹ - gilnete123@hotmail.com
CARVALHO, Josilene Martins Ribeiro¹ - jocarvalho22@icloud.com
ARRUDA, Mariana Guarim de¹ - marianagarruda@hotmail.com
CARVALHO, Thainá Ribeiro¹ - ribeirocarvalhoster@gmail.com
PALACIO-ARRUDA, Marília Belfiore² - marilia@univag.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão à área acadêmica, principalmente aos estudantes e profissionais de Psicologia, e à sociedade, sobre o uso de agrotóxicos e suas consequências, principalmente em relação ao suicídio em zonas rurais. A pesquisa foi desenvolvida com caráter qualitativo, através de um ensaio teórico, embasado por uma revisão sistemática da literatura, realizada através de sites de notícias, artigos, livros e documentos públicos. A taxa de suicídio e a análise proposta neste artigo são um convite para refletirmos sobre o papel e contribuição da Psicologia, bem como possíveis intervenções multidisciplinares.

Palavras-chave: Suicídio; Psicologia; Agrotóxico; Intoxicação.

ABSTRACT

The present article has as objective proposes a reflection to the academic area, mostly to the students and Psychology professionals, as for society, about the use of pesticides and its consequences, mainly in relation to suicide in rural zones. The research was developed with a qualitative character, through a theoretical essay, grounded by a systematic literature review, carried out through news sites, articles, books and public documents. The suicide rate and the analysis proposed in this article are an invitation to us to reflect about the role and the contribution of Psychology, as well as possible multidisciplinary interventions.

Keywords: Suicide; Psychology; Pesticide; Intoxication.

¹ Graduandas em Psicologia. UNIVAG.

² Orientadora. Mestra em Psicologia. UNIVAG.

INTRODUÇÃO

Este ensaio teórico, realizado a partir de uma revisão sistemática, tem como ponto fundamental pensar possíveis formas de atuação do profissional da psicologia nas políticas públicas. O trabalho foi construído a partir das reflexões resultantes das nossas pesquisas, o que é apresentado nesse tópico introduz os temas que são nosso principal foco, contando um pouco sobre uma literatura que ampliou nossa visão, até então focada na psicologia.

Gostaríamos de iniciar com a pergunta que norteou a nossa trajetória durante a pesquisa, afinal, qual a relação entre o uso de agrotóxicos e os casos de suicídio na zona rural?

Tendo como objetivo geral buscamos responder ao fim do presente trabalho essa questão e, conseqüentemente, temos como objetivos específicos alertar quanto aos casos de intoxicação via agrotóxicos e possíveis efeitos colaterais decorrentes desta, tal qual discutir sobre a relação entre suicídio e o uso de agrotóxicos por trabalhadores rurais no estado de Mato Grosso, contribuir para a comunidade acadêmica, principalmente aos estudantes e profissionais da psicologia, sobre possibilidades de atuação neste contexto, assim como contribuir para a compreensão dos agricultores que se encontram em zonas de vulnerabilidade quanto à periculosidade dos agrotóxicos e a necessidade do manuseio correto através do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs).

A psicologia tem compromisso social frente ao objeto de estudo exposto, com base nos parâmetros legais que regem a atuação do psicólogo e destacando o compromisso da categoria profissional com a sociedade, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2005, p. 5) afirma no Código de Ética Profissional do Psicólogo, disponível no site do CFP, que

Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005) informa, em seu artigo décimo sexto, que

O psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias:

[...]

d) Garantirá o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

Tendo como justificativa todos os pontos tratados acima, buscaremos evidenciar a relevância da articulação suicídio-intoxicação, assim como a pertinência em instigar discussões que promovam a conscientização rural no que se refere às consequências da ausência de informação quanto para a necessidade de produção de pesquisas acerca da relação entre suicídio e intoxicação por meio de agrotóxicos em zonas rurais.

Traremos à tona a temática suicídio, a qual se mostra importante, tendo em vista o aumento alarmante dos casos de suicídio conforme os números que serão apresentados, assim como a relevância em levantar discussões que conscientizem a comunidade acadêmica acerca da necessidade de um aprofundamento da temática, dado que na busca por materiais bibliográficos para construção do projeto mostra uma carência de estudos mais aprofundados nas temáticas de intoxicação por meio de agrotóxico e suicídio.

Durante nossas pesquisas quanto aos pesticidas foram encontrados dois termos utilizados recentemente, o primeiro sendo agrotóxico e o segundo defensivo agrícola. Dado isso, e analisando a questão que envolve o suicídio pensando pelo prisma da psicologia, o termo agrotóxico será utilizado no decorrer do presente trabalho, para justificar a decisão buscamos embasamento na bibliografia.

Há registros de quase três décadas quanto ao uso do termo agrotóxico, o qual vem sendo questionado no Brasil, por vezes de maneiras mais turbulentas e questionáveis, já por outro lado o assunto surge sendo abordado de formas mais abafadas, principalmente devido a embates políticos em oposição aos movimentos sociais (BARONAS,2019).

A palavra “agrotóxico”, aparece pela primeira vez no Brasil em um livro denominado *Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções*, o autor sustenta a ideia de que essa insistência em mudar a denominação para defensivo agrícola e/ ou fitossanitário tem como foco camuflar a natureza tóxica desses produtos (PASCHOAL, 1979).

Para Paschoal (1979) a questão não é ideológica, e sim a aplicação correta do vocábulo, visto que o termo agrotóxico origina do grego: agros (campo) e toxicon (veneno). Portanto há a necessidade de nomear e alertar para a capacidade e possibilidade de intoxicação através desses produtos, tanto na rotulagem, armazenamento, manipulação e especificidade dos agrotóxicos amplamente e indiscriminadamente utilizados nas lavouras brasileiras.

Segundo Paschoal (1979), o uso do termo é apropriado, tanto etimologicamente quanto cientificamente, dado que a toxicologia é a ciência que estuda os efeitos dos

agrotóxicos. O embate sobre as terminologias está cada vez mais acirrado, sobretudo mediante as novas liberações, mediante leis recentemente aprovadas liberando mais de 67 tipos dessas substâncias.

Buscando contextualizar o conceito de suicídio, não podemos falar sobre o tema sem citar a obra *O suicídio: estudo de sociologia* de Emíle Durkheim (2000). Por meio de um estudo sociológico o autor discute como os fenômenos sociais influenciam nas interações grupais, ele levantou dados para análise das taxas de suicídio entre católicos e protestantes, observando uma maior incidência na comunidade protestante, por meio dessa comparação, para ele as regras sociais impostas pela comunidade religiosa se mostraram determinantes quanto às taxas de suicídio (DURKHEIM, 2000).

A interação entre homem e sociedade ocorre através do compartilhamento de experiências em atividades coletivas, além de ser crucial para a construção cognitiva do pensamento social e identidade pessoal. Sendo assim, a interação baseia-se na união das subjetividades de cada indivíduo presente no grupo, atravessamentos entre o mundo externo e os questionamentos internos podem interferir no processo da construção de identidade grupal, ou seja, partilhar com o outro pode vir a servir de apoio para compreender e enfrentar os fenômenos sociais (RODRIGUES, ASSMAR e JABLONSKI, 2009).

Seguindo então essa linha de apresentação e justificativa etimológica dos principais conceitos, ao pensarmos sobre o termo suicídio, como já disposto anteriormente, tendo uma visão e entendimento com base filosófica, decidido por utilizar ao longo do trabalho a palavra agrotóxico.

Procuramos ainda evidenciar que o trabalhador rural recebe pouco enfoque nos estudos de áreas da psicologia, o que impede a promoção da sensibilização e alcance de regiões afastadas. Nesse sentido, este projeto busca articular os conceitos apresentados, além de ampliar os espaços de atuação do profissional da psicologia, promove o enriquecimento na formação e especialização dos mesmos.

1. SUICÍDIO

Encontramos definições distintas, em diversas áreas de conhecimento, mas dentre elas a que nos atrai, está ligada à Psicologia. Dentro do livro “O suicídio e os desafios para a psicologia”, do CFP (2013), que apresenta a seguinte afirmativa:

[...] usamos a palavra ‘suicídio’ para expressar duas ideias bastante diferentes por um lado, com ela descrevemos uma maneira de morrer; ou seja; tirar a própria vida, voluntária e deliberadamente; por outro lado, no lugar de utilizamos para condenar a ação, ou seja, para qualificar o suicídio de pecaminoso, criminoso, irracional, injustificado... em uma palavra, mal. (SZASZ, 2002 apud CFP, 2013, p. 15).

Szasz (2002 apud CFP, 2013) trata o suicídio como morte voluntária, e afirma que, por se tratar de um tabu em nossa sociedade, provoca evitação ao falar. Então, não é visto de bom grado falar sobre o suicídio. Aparentemente, o simples fato de falar sobre, não tem efeito positivo sobre a sociedade, provocando um efeito contrário. O “não se fala em suicídio”, fomentou durante anos a ideia fixa de pecado literalmente mortal.

No entendimento psicológico, o fato de determinado indivíduo ter ideias suicidas (quando o indivíduo passa a ter pensamentos recorrentes sobre se suicidar), nos leva a um estado de alerta, onde sabemos que algo precisa ser feito, mas o real questionamento é como e o que deve ser feito. Botega (2014), fundador da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção ao Suicídio - ABEPS, afirma que uma estratégia eficaz e eficiente em casos de ideia suicida, é o fato de dar atenção especial ao indivíduo da ação.

Partindo desses princípios, uma grande parcela de profissionais de saúde e da área social tem se envolvido para que campanhas, palestras, informativos, sejam propagados não só a classe Acadêmica, como também os leigos, veiculando a importância de falar sobre o suicídio. O suicídio e as ideias suicidas constituem hoje um grande problema na área da saúde, assim como na área social. É necessário desmistificar, para falar sobre.

De acordo com o Ministério da Saúde, no Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (BRASIL, 2018), entre 2007 a 2015, foram registradas e notificadas no sistema 45.127 tentativas de suicídio no Brasil pelo uso de agrotóxico. O Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas - OBTEIA (LIMA, 2017) aponta que há um aumento no consumo de agrotóxico como tentativa de suicídio, entende-se que um dos principais fatores é a facilidade com que se pode comprar o produto e que a maioria desses casos acontece em zonas rurais.

O suicídio é um fenômeno mundial que acomete em média 800 mil pessoas anualmente. A Secretaria da Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde lançou o boletim epidemiológico “Suicídio. Saber, agir e prevenir” com informações obtidas por meio de dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as quais trazem

que, a cada caso de suicídio adulto, há 20 outros casos de atentado à própria vida (BRASIL, 2017).

De acordo com dados disponibilizados no site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS) entre os anos 2007 a 2015 o número de notificações por intoxicação no território brasileiro é equivalente à 84.206 casos (BRASIL, 2019).

Com relação à faixa etária o DATASUS (BRASIL, 2019) apresenta, desse total, que há uma maior incidência entre 20 a 34, sendo equivalente a 36%, em seguida 35 a 49, 22,6%, e por último 15 a 19 anos, 12,1%. Com relação à ocupação é apresentado em primeiro, com 28,8%, trabalhador agrícola e afins, logo após estudante, com 15,8 %, em terceiro dona de casa, com 14,5.

Segundo o Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas - OBTEIA (LIMA, 2017), estudos mostram que os agrotóxicos são considerados substâncias neuro tóxicas (termo utilizado para descrever condição ou estado que danifica o sistema nervoso e/ou cérebro, usualmente por causar morte de neurônios), que em contato com o corpo podem agir no sistema nervoso central, o que pode vir a gerar ou agravar quadros de depressão.

Os dados epidemiológicos apresentados pelo site do DATASUS (BRASIL, 2019) quanto à intoxicação exógena, como já foi apresentado anteriormente, mostram as notificações por agente tóxico segundo o tipo de exposição, entre os anos 2007 a 2017, tendo três categorias de agrotóxicos, sendo elas: agrotóxico agrícola (41.612), agrotóxico doméstico (13.333) e agrotóxico saúde pública (2.223).

Ainda de acordo com os dados disponibilizados pelo DATASUS (BRASIL, 2019), dentre as categorias apresentadas anteriormente e seus respectivos números, o estado do Mato Grosso apresenta: agrotóxico agrícola (1.037), agrotóxico doméstico (328) e agrotóxico saúde pública (65). Sendo o somatório das três categorias o equivalente a 1.430, ficando somente abaixo da intoxicação via medicamento (2.217).

O estado do Mato Grosso se apresenta em 18º lugar dentre os 26 estados e o Distrito Federal, de acordo com tabela fornecida pela DATASUS (BRASIL, 2019), levando-se em consideração notificações por unidade de federação de residência segundo agente tóxico.

Os dados fornecidos pelo DATASUS (BRASIL, 2019) apontam que as notificações relacionadas a intoxicação exógena ocasionada por agrotóxico no país entre 2007 a 2017 é equivalente a 57.168, das quais 8.357 ocorreram no estado de Mato Grosso.

Desse total de 57.168, 21.293 das notificações foram em decorrência de resultados de tentativa de suicídio por meio de uso de agrotóxico, e dessas 21.293 notificações, 2.227 das intoxicações exógenas notificadas na unidade federativa ocorreram como tentativa de suicídio (BRASIL, 2019).

Do equivalente a 57.168 notificados pelas unidades federativas, 2.041 resultaram em óbito por intoxicação exógena, sendo que destes 1.759 foram por tentativa de suicídio por meio de intoxicação via agrotóxico. No estado do Mato Grosso, de 1.423 notificações por tentativa de suicídio segundo óbito por intoxicação 230 das notificações resultaram em óbito, sendo desses 17 decorrente de tentativa de suicídio (BRASIL, 2019).

2. AGROTÓXICO

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, sendo que no país o estado que mais faz uso de agrotóxicos no país é o Mato Grosso (MATO GROSSO DO SUL, 2015), frente a este dado é claro a necessidade de se repensar sobre o uso e consumo desses agrotóxicos no cotidiano, tal qual pesquisar e propagar o conhecimento à população. Como futuras psicólogas, devemos ampliar nosso conhecimento e promover pesquisas científicas que fomentem a saúde mental e informem a sociedade quanto aos possíveis riscos à saúde relacionados aos agrotóxicos.

O agrotóxico tem extrema relevância no estado de Mato Grosso, de acordo com Reis (2019), a sua exposição no estado é quase 10 vezes maior que a média nacional, de 7,3 litros por pessoa, podendo chegar a 67 litros. Os números expostos justificam a necessidade de um estudo aprofundado, principalmente em relação à saúde do trabalhador rural, já que, de acordo com Fine, Weis, Wesen e Wong (2006), ao produzir uma pesquisa, descreve-se uma imagem sobre o outro, existindo a possibilidade de representar, no sentido de falar pelo outro, dar voz ao pesquisado. (Apud Rasera, Guanaes-Lorenzi, Corradi-Webster, 2016).

Nos tempos atuais, perceber o risco que os trabalhadores enfrentam no meio rural torna-se cada vez mais difícil, especialmente no que corresponde ao uso indiscriminado de agrotóxicos, além da crença de que o uso do produto é essencial para a lavoura. Os indivíduos estão sujeitos à exposição e à contaminação por esses agentes, ainda que o produto traga informações grafadas em sua embalagem, informando quanto aos riscos e o modo correto de manuseio, isso dado à crença cultural que envolve o agrotóxico, o que reflete na acumulação de resíduos de agrotóxicos, contaminando também o meio ambiente (ALMUSSA; SCHIMIDT, 2009; SANTOS; MACHADO, 2015).

Os agrotóxicos, ainda assim, são apresentados como recursos principais para acabar com a fome, já que o aumento da população significa um crescimento no consumo de alimentos e, conseqüentemente, a necessidade de evitar a perda nas lavouras, permitindo assim sustentar o desenvolvimento de culturas em larga escala (MOURA, 2005).

Buscamos compreender essa contradição por meio de Deleuze (1953, p. 54), para ele o hábito é “[...] um princípio distinto da experiência, ao mesmo tempo em que ele a supõe. Com efeito, aquilo de que contraio o hábito jamais explicará, justamente, que eu dele contraio um hábito; por si mesma, uma repetição jamais formará uma progressão.”.

O governo, entre os anos 2018 a 2019, liberou novas fórmulas de agrotóxicos de forma acelerada, o que resulta em preocupações, tanto dos trabalhadores rurais como do consumidor final. Com as novas regras o Brasil segue padrões já adotados em outros países como União Europeia e Ásia, e que favorecerá a comercialização de produtos nacionais no exterior.

Segundo os dados da agência Brasil, direto do senado notícias, publicado em julho de 2019, a Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que avalia o grau de toxicidade dos produtos agrotóxicos, aprovou o marco regulatório para o uso dos agrotóxicos e que segundo a ANVISA traria mais clareza aos critérios adotados para avaliação e classificações toxicológicas dos produtos e que prevê novas alterações nos rótulos e nas bulas dos produtos, para identificar a classificação de riscos na saúde humana, sendo assim deram até um prazo de um ano para as empresas fazerem as devidas alterações (BRASIL, 2019).

De acordo com Fialho et al. (2018), um levantamento de dados da plantação da cana-de-açúcar, no estado de Goiás, mostra que o uso irresponsável de agrotóxico vem contaminando as plantações, os trabalhadores e os rios, que abastecem as áreas urbanas e rurais da região. Além disso, o Ministério da Agricultura orienta os produtores de cana sobre a utilização certa do agrotóxico, o que poderia minimizar os danos, porém, não existe uma fiscalização efetiva por parte do Ministério da Agricultura, polícia ambiental, IBAMA, Vigilância Sanitária e demais órgãos federais, estaduais e municipais, deixando os cultivadores livres, onde repetem a cultura dos antepassados, passando de geração para geração, que nos dias de hoje não funcionam mais.

A consequência desse uso prejudica a saúde das pessoas e dos animais. A água contaminada dos rios dessa região passa por um tratamento adequado e rigoroso, pela companhia de abastecimento de água de Goiás (SANEAGO), no entanto, ela continua

poluída por partículas que nenhum produto químico atue e faça a sua eliminação total, e assim ela é distribuída para o consumo da população. Conforme informações obtidas em seis hospitais da região, há muitas pessoas com doenças renais e hepáticas, devido ao consumo dessa água (FIALHO et al., 2018).

Tramita no planalto o projeto de lei de nº 4.146/2019 (BRASIL, 2019), que estabelece procedimentos relativos ao processo de análise de riscos, classificação e registro, procedimentos esses que alteram a lei de nº 7.802/1989 (BRASIL, 1989), disponível para consulta no site do planalto. A lei de nº 7.802/1989 (BRASIL, 1989) em seu artigo primeiro, afirma que toda e qualquer ação que tenha envolvimento com agrotóxicos e afins serão regidos pela mesma, dentre essas ações tem-se citados processos como pesquisa, embalagem, rotulagem, armazenamento, comercialização, utilização, inspeção, fiscalização.

No projeto de lei de nº 4.146/2019 (BRASIL, 2019) é explicitado o seguinte objetivo: agilizar os processos de avaliação de agrotóxicos, acrescentando o conceito de “novo”, em relação aos produtos agrotóxicos equivalentes e avaliações de riscos nos chamados produtos genéricos (BRASIL, 2019). Percebemos que há um afrouxamento nos rigores estabelecidos pela lei de nº 7.802/89 (BRASIL, 1989), o perigo está no aumento crescente das liberações, possivelmente visando questões econômicas e políticas, sendo que, de fato, não há um acompanhamento científico do seu real impacto na saúde e meio ambiente.

De acordo com nota técnica, lançada pelo site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2018), o projeto de lei nº 6.299/2002 que revisa a legislação brasileira de agrotóxicos visa modernizar os termos e procedimentos assim, como tem o objetivo de não aumentar os riscos quanto ao uso dessas substâncias assim como não pretende tornar negligente o processo de registro. Para isso está previsto na lei o aumento no pagamento de multas (R\$ 19 mil reais até R\$ 2 milhões) caso haja descumprimento da lei.

Importante ressaltar que um pesticida precisa ser aprovado por órgãos de saúde como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do meio ambiente como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que, de acordo com o que foi apresentado na nota técnica de “Revisão da legislação brasileira de agrotóxicos”, presente no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, continuam a reger o sistema de registro dos pesticidas (BRASIL, 2018). A Gerência-Geral de Toxicologia (GGTOX), em 2015, iniciou um processo para

modernizar os processos de trabalho, visto que há uma grande demanda de petições protocoladas para poucos profissionais que lidam com essas (BRASIL, 2019).

Para isso criou-se a Ferramenta de Leitura Otimizada no Registro de Agrotóxicos (FLORA), essa ferramenta reúne os dados necessários para as avaliações toxicológicas, o que permitirá compreender se o agrotóxico está dentro dos critérios estabelecidos no Brasil, após isso liberará um relatório informativo para a Anvisa, norteando a decisão para a regulamentação ou não do produto. O principal objetivo é que aqueles que avaliam as petições foquem nos pontos apresentados como nocivos para a saúde (BRASIL, 2019).

METODOLOGIA

Segundo Spink (2013), a pesquisa transforma a subjetividade em um recurso a mais, buscando ficar o mais próximo possível do objeto em questão e permitindo explorar as maneiras pelas quais a subjetividade do pesquisador estrutura a forma que o fenômeno é definido.

Dentro da abordagem construcionista social, a mesma autora apresenta que, o pesquisador está inserido intrinsecamente nos processos que envolvem a pesquisa, seja ela quantitativa ou qualitativa. O interesse pelo tema abordado é fruto do vivenciado, do aprendido. O que nos instiga é o que nos impulsiona. Nos colocamos como atores e autores desse artigo quando escolhemos escrever na primeira pessoa do plural.

Desenvolvemos a pesquisa com uma análise de caráter qualitativo, que consiste em compreender os fenômenos através da coleta de dados narrativos textuais conduzidos por fenômenos naturais, utilizando dados coletados na literatura. Esse tipo de pesquisa reúne dados mais subjetivos, como diários, entrevistas e observações (GÜNTHER, 2006).

Segundo Oliveira e Vidal (2017), em estudos qualitativos, a inserção do pesquisador no objeto de estudo deve ser explicitada, isso pois as práticas sociais do mesmo influenciam sua percepção a partir da forma que interage com o mundo, o que o motiva e permite observar e compreender do mundo ao seu redor

Uma das vertentes propostas na pesquisa qualitativa é a reflexividade funcional, onde volta-se para a comunidade e a maneira “que somos” influencia no processo de pesquisa e nos resultados (TINDALL, 1994 apud SPINK, 2013). A escrita na primeira pessoa do plural evita a omissão de um dado de extrema importância da metodologia, a identificação da autoria de uma ideia, portanto com base do que foi abarcado por Spink (2013), escolhemos utilizar desse recurso metodológico para o nosso trabalho.

Trazendo maior compreensão quanto à escolha do método, é importante perceber

que a literatura em si já representa um número, saber se há ou não um número de pesquisas significativas quanto ao assunto é um dado relevante para o estudo proposto, assim como buscar na teoria da psicologia autores que expliquem os motivos que permeiam o suicídio e entendendo principalmente quais suas relações com a intoxicação e ou o ambiente rural.

Utilizaremos o Construcionismo Social, que, como vertente da Psicologia Social, abrange e nos permite observar e analisar fatos cotidianos, que envolvem relações humanas e os meios nos quais estão inseridos. Spink (2004) apresenta o construcionismo pelo ponto de vista da teoria do conhecimento, justificando

a investigação construcionista tem como foco principal a explicação dos processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam ou contabilizam o mundo no qual vivem, incluindo a si mesmas. (SPINK, 2004, p. 44)

Os dados coletados são provenientes de sites de notícias, artigos, livros, documentos públicos e produções de informações, disponibilizados e de acesso livre pelos sites governamentais, podendo ser acessada a quem se interessar como métodos e pesquisa. A seguir serão detalhados os passos que trilhamos até o presente momento.

Nosso ponto de partida foi por meio da revisão bibliográfica realizada pelo método sistemático, buscamos os dados em notícias e estudos que articulassem com o tema, realizamos nossas reflexões após esse primeiro momento. No segundo momento dados epidemiológicos, logo em seguida realizamos a análise dos dados com o referencial, por fim com todos os dados em mãos iniciamos nossas reflexões. A escrita final seguiu o modelo de ensaio teórico.

O método sistemático se vale da literatura focada em determinado tema para poder recolher dados, isso seguindo os seguintes passos: Definir a pergunta; Buscar a evidência; Revisar e selecionar os estudos; Analisar a qualidade metodológica dos estudos; Apresentar os resultados.

Um dos objetivos da revisão sistemática, assim como trazido por Sampaio e Mancini (2007, p. 84), é

[...]identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras. [...] as revisões sistemáticas nos permitem incorporar um espectro maior de resultados relevantes, ao invés de limitar as nossas conclusões à leitura de somente alguns artigos. [...] é um tipo de estudo retrospectivo e secundário [...] Dessa forma, uma revisão sistemática depende da qualidade da fonte primária.

Para realizar a revisão bibliográfica utilizamos bases de dados como a *Scielo*, a

Biblioteca Virtual de Saúde e Plataforma Brasil, nas quais serão usadas as palavras-chaves: suicídio, agrotóxico e psicologia social, além de pesquisas em sites de notícia.

Para a coleta de dados no primeiro momento do estudo selecionamos as seguintes palavras-chave para pesquisa: agrotóxico, suicídio, intoxicação e psicologia. Foram realizadas pesquisas associando as palavras-chave, o que permitiu, inicialmente, coletar 86 artigos.

Levando em consideração o modo de vida atual e o grande aumento da população mundial, é cada vez mais promovido o uso de agrotóxicos, com a seguinte explicação: uma maior produção de alimentos que possa abastecer essa demanda de forma efetiva.

Os artigos escolhidos para leitura acompanharam os seguintes critérios de inclusão: tratar sobre assuntos que abarquem casos de suicídio relacionados com intoxicação; tratar sobre manipulação/aplicação indevida de agrotóxicos, resultando em intoxicação de sujeitos humanos; a relação entre o uso de agrotóxico e o suicídio para a psicologia; trazer dados quanto a intoxicação via agrotóxico e suicídio nas zonas rurais do Brasil; o que é o suicídio na psicologia.

Nos critérios de exclusão entraram artigos que tratavam sobre: suicídios em geral; intoxicações em geral; suicídio e intoxicações fora do contexto da zona rural. Por fim, restaram 29 artigos, que foram lidos na íntegra e analisados.

Após reflexões e as análises iniciais, em outro momento, realizamos o estudo a partir de um recorte de casos de suicídio relatados em áreas rurais situadas na região do estado do Mato Grosso, buscando levantar e analisar dados, assim como, a partir dos dados levantados, problematizar sobre a relação entre o uso de agrotóxicos e os índices de suicídio nas áreas rurais delimitadas. Chegamos a esses recortes refinando os filtros de pesquisa, ao ponto de chegar a notícias que se articulasse com o tema proposto.

Segundo Spink et al. (2014) avisos escritos à mão e disponibilizados publicamente nos mais diversos repositórios eletrônicos, poderão ser livremente acessados e registrados de alguma maneira.

Utilizamos as práticas discursivas em nossas pesquisas, para isso é necessário

[...] enfatizar que se trata de circulação de unidades de construção das práticas discursivas: os termos, as descrições, os lugares comuns e as figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades da produção de sentidos (SPINK et al., 2014 p. 230).

Ainda como metodologia percebe-se a importância do que está disponível nos meios virtuais no cotidiano, podendo obter nas pesquisas um leque de possibilidades,

apropriando então desses repertórios como fontes construtivas, colaborando para coprodução nos mais diversos saberes e fazeres científicos.

No decorrer da coleta de dados e após a construção destes em *corpus*, análise do material coletado com base no construcionismo social, focado na psicologia social, realizamos a análise dos dados coletados e discussão pelo viés do ensaio teórico.

O artigo final foi escrito como ensaio teórico. De acordo com Meneghetti (2011), o ensaio teórico é um meio de observações e reflexões em relação ao objeto e não depende da sua natureza ou características. É a forma como são gerados novos conhecimentos, até mesmo científicos ou pré-científicos. O ensaio define-se pelo seu conteúdo reflexivo e interpretativo. Enquanto ciência

adquire maior autonomia, valorizando aspectos quantitativos para promover generalizações que façam com que um número cada vez maior de pessoas passe a compreender o mundo a partir da instituição de uma racionalidade baseada na calculabilidade, o ensaio valoriza aspectos relacionados às mudanças qualitativas que ocorrem nos objetos ou fenômenos analisados pelos ensaístas (MENEQUETTI, 2011, p. 322).

Sendo assim é necessário que a argumentação seja produzida ao longo do processo de relação com o objeto, resultando na interação de sujeito e objeto, em que “[...] a lógica e as verdades são meios e não fins em si mesmos [...]” (Meneghetti, 2011, p. 324).

DISCUSSÃO

Apresentaremos recortes de algumas notícias relacionadas a agrotóxicos no estado do Mato Grosso. E em seguida, articularemos com nosso tema.

A primeira trata de uma fábrica clandestina de insumos fechada no município de Rondonópolis - MT, noticiado pelo site de notícias *Canal Rural* no início do mês de março do ano de 2020. Uma ação, realizada por auditores fiscais federais, que apreendeu 14.736 litros de agrotóxicos sem registro e 4.127 litros de fertilizantes fraudados. Em nota o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) destaca

[...] que o uso de produtos fraudados nas lavouras pode acarretar problemas de saúde para os trabalhadores rurais e consumidores, além de prejuízos ao meio ambiente e ao mercado agropecuário. (CANAL RURAL, 2020).

O auditor Júlio César Alves de Lima Ainda aponta para a falta de informações apresentadas nas embalagens apreendidas quanto ao uso EPIs necessários para manuseio correto da substância (CANAL RURAL, 2020).

A segunda notícia que apresentaremos é da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), veiculada no início do mês de abril do ano de 2019. A manchete surge já afirmando que a exposição a agrotóxicos no estado do “Mato Grosso é quase 10 vezes maior do que média nacional, de 7,3 litros por pessoa [...] Enquanto a média nacional de exposição é de 7,3 litros por habitante, em Mato Grosso pode chegar a 67 litros.” (REIS, 2019).

O professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Wanderlei Pignati explicita os riscos quanto ao uso de agrotóxicos no cultivo de grãos, verduras e hortaliças. Pignati reforça que os agrotóxicos são utilizados de forma recorrente e irregular, sendo aplicado próximo a áreas de preservação e córregos (REIS, 2019).

Pignati apresenta ainda em sua fala pesquisas que realizou a campo em cidades do estado nas quais constatou que as leis e normas impostas não são cumpridas, pontuando que os riscos tomam proporções a nível sanitário, alimentar e ambiental. O professor aponta ainda que

Em locais que há intoxicação na água ao menos 4 crianças a cada 100 mil nascidos vivos têm má formação. Em algumas cidades de Mato Grosso chega a 37 com má-formação (REIS, 2019).

A terceira notícia, veiculada pelo site Gazeta Digital, no início do mês de setembro do ano de 2018, muda um pouco o foco da discussão, que até então trata dos agrotóxicos, e apresenta uma pesquisa realizada pela UFMT voltada para a relação entre agrotóxicos e o aumento de suicídios em áreas indígenas, comunidades rurais e municípios cercados por lavouras.

Maelison Silva Neves, doutorando em Saúde Coletiva, pontua a existência de estudos associando substâncias presentes em agrotóxicos a efeitos neurotóxicos, assim como a associação de condições precárias de vida com o contato, direto ou indireto, com agrotóxicos podendo suceder em casos de suicídio. Segundo o pesquisador

São populações que vivem em trabalhos pesados, sem condições mínimas de vida ou expectativa de mudança. Um ambiente propício para a incidência de depressões, transtornos mentais e todo tipo de violências (GAZETA DIGITAL, 2018).

Na notícia da Gazeta Digital (2018) é pontuado também a carências de informações, pois o problema se encontra nas subnotificações, no caso as tentativas de suicídio. Se fossem notificadas corretamente o município, responsável pela saúde mental, poderia pensar com mais clareza quanto aos trabalhos de prevenção. Importante trazer ainda que “nem todo caso de suicídio está ligado a transtornos mentais.” (GAZETA DIGITAL, 2018).

Um ponto crucial que gostaríamos de apresentar são os motivos que permeiam o aumento acelerado do uso de agrotóxicos na produção de alimentos, como é apresentado por Moura (2005), ainda que se tenha estudos científicos afirmando quanto aos prejuízos ocasionados pelos agrotóxicos. O que nos traz questionamentos sobre esse uso desenfreado e desavisado, onde cada vez mais o ser humano é exposto aos compostos e seus resíduos de produtos desenvolvidos pela indústria química para que as lavouras possam produzir em larga escala.

Veiga (2017) traz que os agrotóxicos foram inseridos na agricultura brasileira visando corrigir as deficiências do solo, prevenir e eliminar pragas que comprometessem a produtividade, assim como aumentar a eficiência econômica do processo produtivo rural. Em contra partida Carvalho, Nodari e Nodari (2017) apresentam a trajetória do uso de agrotóxicos no Brasil, mais especificamente no estado de Santa Catarina. É apresentado por eles que, em 1962, Rachel Carson, em seu livro Primavera Silenciosa, denuncia os possíveis riscos provenientes do uso de agrotóxicos.

Uma reportagem no site do jornal Folha de S. Paulo (MOREIRA, 2019) afirma que em 2015 houve, de forma evidente, uma disparada na liberação de agrotóxicos no Brasil, que foi impulsionada em 2019, ano em que foram liberados para uso 474 substâncias agrotóxicas, algumas inclusive proibidas no restante do planeta. A questão é que não há controle de como se aplica, nem quem aplica, ou como se aplica.

Palma (2011), por meio de um estudo aplicado em Lucas do Rio Verde-MT, aponta que o leite materno está contaminado com produtos derivados de agrotóxicos, o que confirma a nossa ideia de que as contaminações estão cada vez mais frequentes. Mesmo que a mãe que amamenta não vá efetivamente ao campo, possivelmente o trabalhador que foi ao campo, aplicou o agrotóxico na lavoura, provavelmente sem o uso dos EPIs, voltou para casa, retirou suas roupas impregnadas de partículas dos produtos tóxicos, tomou seu banho, e lavou as roupas. Então, todo o resíduo dos produtos químicos contidos nas vestimentas e corpos, foi literalmente ralo abaixo, e se alojou nos lençóis d'água, que abastecem poços artesianos, e rios de abastecimento, fica claro que há a

possibilidade de os lençóis freáticos estarem contaminados, causando assim uma contaminação generalizada.

Peres, Moreira e Claudio (2007) ressaltam quanto aos impactos dos agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente, suscitando ainda pessoas envolvidas nas áreas das ciências ambientais e da saúde para realizar pesquisas que contribuam na busca de melhorias para os trabalhadores da zona rural, em toda a América Latina. Os autores trazem o alerta quanto aos danos irreversíveis causados pelo uso desenfreado de substâncias químicas, nomeadas como defensivos agrícolas, principalmente no Brasil, informação coletada a partir de um compilado de pesquisas realizadas na América do Sul por pesquisadores das instituições Fundação Oswaldo Cruz e Mount Sinai School of Medicine.

Veiga et. al. (2007) analisam a eficácia do uso de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) relacionado a contaminação de trabalhadores rurais por agrotóxicos. O estudo realizou uma comparação entre uma pequena cultura de tomates brasileira e uma vinícola francesa, é relatado que, mesmo os trabalhadores rurais que utilizaram corretamente as EPIs, aqueles que foram expostos aos agrotóxicos se contaminaram de alguma forma. Levantaram hipóteses sobre a eficácia dos equipamentos e sobre possíveis falhas nos mesmos, também levantaram que a manipulação, uso e descarte desses equipamentos são fatores relevantes, sendo apontados como importantes para possíveis estudos e melhorias.

Faria et al. (2006) apresentam estudos realizados no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1992 e 1995 com levantamento de dados quanto às taxas de suicídio, que se mostraram elevadas. Dentre as informações coletadas, observou-se uma provável relação dos casos de autoextermínio com o cultivo de tabaco, implicado particularmente quanto ao uso de agrotóxicos, o que posteriormente, em novas análises abrangendo diferentes regiões do estado, fortaleceu essa ideia de uma possível ligação entre ambos.

Os estudos, recortes de notícias e dados coletados mostram que a questão do agrotóxico surge a partir do momento que se entende seu o alto grau de periculosidade, prejudicando a saúde da população, bem como o meio ambiente, a curto e longo prazo. Mas independente de números o que nos põe em alerta são exatamente os efeitos colaterais e silenciosos causados pelo agrotóxico. Do que já foi apresentado tem-se: má formação fetal, intoxicação de lençóis freáticos, do leite materno, possíveis desdobramentos negativos em níveis neurológicos, psicológicos e biológicos.

Dentre as várias consequências citadas pelo uso excessivo do agrotóxico, destacaremos os aspectos neurológicos. De acordo com Waissmann (2007), vários grupos de agrotóxico estão vinculados a efeitos neurológicos agudos quando utilizados em doses altas. Pode haver sequelas sensitivas e motoras, além de déficits cognitivos transitórios ou permanentes. A exposição crônica a baixas doses também está relacionada à presença de sintomas neuropsíquicos. Sendo assim, é possível fazer a inter-relação entre exposição crônica do agrotóxico, altas ou baixas doses, e o desenvolvimento de doenças degenerativas do sistema nervoso central.

Sobre os sintomas e sinais de intoxicação é possível notar lesões na pele, irritação das mucosas nos olhos, nariz e garganta, dor no estomago e sintomas mais graves e, algumas vezes, irreversíveis como a síndrome neurológica, causando confusão mental, dificuldade para andar, convulsões, depressão cardiorrespiratória, coma e morte (TRAPÉ, 2003).

A exposição de alguns tipos de agrotóxico, como a inseticida organofosforados, está associada com o Mal de Alzheimer, desenvolvimento do transtorno de déficit de atenção com hiperatividade em crianças. Segundo a Agência de Proteção Ambiental (EPA), pode estar relacionado também com o desenvolvimento de câncer (RIBEIRO, 2016).

Os dados epidemiológicos, retirados do site do DATASUS (BRASIL, 2019), do boletim epidemiológico “Suicídio. Saber, agir e prevenir” (BRASIL, 2017), do site do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas - OBTEIA (LIMA, 2017) e em documento e relatório divulgados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2017; 2018), mostram que entre os anos de 2007 a 2015 foram 45.127 de tentativas de suicídio pelo uso de agrotóxico notificadas, existem notificações de tentativas de suicídio por uso de agrotóxico, e que isso ocorre principalmente pela facilidade de acesso.

Segundo já apresentado, a cada caso de suicídio adulto, há 20 outros casos de atentado à própria vida segundo apresentado em boletim epidemiológico (BRASIL, 2017). Entre os anos de 2007 a 2017 foram 57.168 notificações relacionadas a intoxicação via agrotóxico no Brasil, desse número 8.357 casos do Mato Grosso, ainda dentro desse número 2.227 foram intoxicações ocorridas no estado que foram notificadas como tentativa de suicídio (BRASIL, 2019).

O suicídio, para a psicologia, é um tema cada vez mais atual, como vimos em diversos estudos, o suicídio é o ato de tirar a própria vida, sendo considerado um tabu na

sociedade, onde evita tocar no assunto. No olhar da psicologia, damos uma atenção especial nos indivíduos com ideações suicidas, assumindo o compromisso social.

Vale ainda recordar, que para o sociólogo Emílie Durkheim (2000) o suicídio é produto da sociedade, trata-se de um fato social, da forma como se vive. O que leva o indivíduo a buscar a cura para sua dor através do suicídio é resultante da vivência do mesmo em seu meio social. Segundo o mesmo autor “Cada sociedade está predisposta a fornecer um contingente determinado de mortos voluntários” (DURKHEIM, 2000).

Em sua obra Durkheim (2000) se fundamentou nas causas sociais do suicídio, e consequentemente seus tipos. Onde uma vez identificada a causa, será possível prever seus efeitos. Em outras palavras, a prevenção é a melhor aliada quando falamos em suicídio

Em 2008, a OMS classificou o suicídio como uma condição prioritária No Programa de Ação de Lacuna de Saúde Mental (mhGAP), um programa para ampliar a atenção para distúrbios mentais, neurológicos e de uso de substâncias, particularmente em países de baixa e média renda, onde o Brasil se encaixa. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2012).

Sobre os comportamentos suicidas, a OMS apresenta que,

[...] podem ser conceitualizados como um processo complexo que pode variar desde a ideação suicida, que pode ser comunicada por meios verbais e não verbais, até o planejamento do suicídio, tentativa de suicídio e, no pior dos casos, suicídio. Os comportamentos suicidas são influenciados pela interação de fatores biológicos, genéticos, psicológicos, sociais, ambientais e situacionais (Wasserman, 2001 apud OMS, 2012, p. 7).

Os processos que envolvem o suicídio, acarretam danos não só ao indivíduo, mas também aos que o cercam, e toda a cadeia produtiva do ser humano. Na sua grande maioria, esses indivíduos que passam pelo processo de ideação suicida encontram-se em faixa etária que caracteriza produção laboral. Causando assim, grande impacto na produção nacional.

De maneira geral, a questão que envolve suicídio está em torno do falar sobre quem sobreviveu, ou quem teve um ente que se foi devido ao suicídio, na maioria das vezes não há interesse em falar sobre a questão. O que reforça tabu e não auxilia outras pessoas Szasz (2002 apud CFP, 2013). Entender sobre questões que levam a ideações suicidas, e ao suicídio propriamente dito, é fundamental para que outras pessoas possam

tomar conhecimento sobre o assunto e buscar soluções para desmistificar e tratar do assunto com a devida cautela.

Falar sobre o uso do agrotóxico relacionado ao suicídio é complexo e desafiador, pois são assuntos que envolvem economia, política e saúde. A contextualização dos temas, suicídio e agrotóxicos, e suas possíveis relações, torna-se necessário ressaltar o compromisso social da Psicologia, fundamentado em nosso código de ética, perante o contexto apresentado, e a correlação suicídio e agrotóxicos. A partir do momento em que se faz necessário informar aos órgãos responsáveis sobre tentativas de suicídio e suicídios propriamente ditos, podemos observar através de boletins emitidos pelo SUS, que os números vêm aumentando consideravelmente.

Segundo a OMS (2012), temos três áreas de fatores de risco: individuais, socioculturais e situacionais, e ainda podemos ter uma combinação desses fatores entre si e outros externos, provocando uma interação explosiva. Como fatores de proteção, a lista é bem menos extensa, mas temos desde os laços familiares, até as crenças pessoais.

Baseado nisso, podemos observar que bons programas de prevenção ao suicídio, são focados em três bases: a populacional, mais generalista e com foco na população em geral; a direcionada para aqueles indivíduos em situação vulnerável, como agricultores por exemplo; e a individual, voltada para o indivíduo específico. Diante dessa realidade, se faz necessário um bom plano de políticas públicas voltado a prevenção ao suicídio.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a instituir e colocar em prática uma proposta de prevenção ao suicídio do Ministério da Saúde, através da portaria nº 1.876, de agosto 2006 (BRASIL, 2006), que institui diretrizes nacionais para prevenção do suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, despeitadas as competências das três esferas de gestão. Diante desse cenário, cabe às secretarias de saúde tanto estaduais quanto municipais, desenvolver, fomentar e aplicar políticas públicas que permitam à população formas de prevenir o suicídio.

Podemos citar alguns exemplos como referência: Programas de capacitação dos profissionais da saúde que trabalham diretamente com a atenção básica; Notificação de tentativas de suicídio; Intensificação de atendimentos voltados a saúde mental, principalmente do trabalhador, na rede pública (BRASIL, 2017; JUNIOR; CADONÁ, 2019).

Temos o suicídio como um evento evitável, torna-se, portanto, importante que governantes e governos, fazendo valer os poderes cabíveis, movimentando setores de saúde, social, econômico, dentre outros, disponibilizem recursos humanos e financeiros

na promoção em prevenção de suicídio. A criação, desenvolvimento e promoção de políticas públicas como ferramenta estratégica no contexto de prevenção ao suicídio.

Desenvolver e aplicar política pública voltada para a prevenção ao suicídio envolve desde a identificação de quais pessoas envolver, até a adesão e execução dos projetos. Devido ao fato de ser uma demanda multi profissional, torna-se um processo que para obter bons resultados deve estar extremamente coeso.

Partindo desse princípio, são peças fundamentais para poder planejar e executar novas estratégias para a prevenção ao suicídio o Governo Federal, envolvendo Ministérios e Parlamentos, Governo municipal atuando em conjunto com o setor público e privado, assim como em conjunto com profissionais da área da saúde, psicólogos e assistentes sociais, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Serviços de saúde mental, Instituto Médico Legal (IML), Corpo de Bombeiros, Polícia civil e militar, os setores da Educação, e por fim, mas não menos importante os sobreviventes, as famílias de vítimas de suicídio, e a própria mídia, que tem o papel informativo.

Spink (2003) trabalha a pesquisa de campo por uma nova ótica, onde o campo de pesquisa somos nós mesmos e até o local de nossa pesquisa. Antes de sermos psicólogos, somos seres sociais e, dentro da perspectiva pós construcionista, somos atores e autores de nossas construções históricas. O que difere “nós, psicólogos sociais”, do “nós, pessoas comuns” é a forma como elaboramos, construímos e organizamos os assuntos que nos interessam de acordo com normas científicas.

Pensar em compromisso social do psicólogo é também pensar em possíveis políticas públicas que auxiliem os trabalhadores rurais na promoção, prevenção e conscientização à saúde e a viver de uma forma mais qualificada e menos vulnerável, frente a estas questões do manuseio de agrotóxicos, já que no campo rural existe uma ausência desse corpo organizado que situe discursões de aspectos teóricos, metodológicos e analíticos, no sentido de desenvolver um olhar qualificado desta realidade, segundo (SILVA; MACEDO, 2017).

O estado do Mato Grosso é um dos estados de maior destaque no cenário agrícola, pensar sobre estas políticas públicas e na atuação do psicólogo é também diante deste cenário tensionar questões políticas e econômicas, pois o recurso maior do estado é a importação e a exportação dos produtos alimentícios agropecuários e, conseqüentemente, o amplo uso de agrotóxicos. Entende-se que desde o nascimento pertencemos a um grupo, primeiramente o grupo familiar, depois a escola e outros. De acordo com Lane (1994, p 10):

[...] a Psicologia Social estuda a relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade.

Sabendo que o indivíduo não está somente pautado no mundo como ser individual, mas também como ser social, compreendemos através das nossas análises que o suicídio se encontra nessa mesma situação. Quando tratamos das relações entre o suicídio e a intoxicação por meio de agrotóxicos compreendemos ser necessário ampliar o olhar, trazendo para a discussão as condições de trabalho em ambientes que fazem uso de agrotóxico, as condições de vida desse trabalhador e daqueles que moram perto de áreas de aplicação do agrotóxico, de que forma esses locais estão sendo afetados ambientalmente falando, as alterações causadas no meio ambiente e na terra, entre outros pontos.

Qualquer cenário que exija promoção e prevenção de saúde, reflexões, possíveis mudanças e políticas públicas, tornam-se necessárias ações nas quais a atuação do psicólogo possa provocar discussões com a população quanto à temas sociais e atuar em equipe multiprofissional. Esse é também um campo no qual a psicologia atua com seu compromisso social. Podemos trazer como exemplo temas como a luta antimanicomial e o SUS, dois temas amplamente discutidos e sempre em pauta em eventos da saúde, temas que trabalham também questões políticas e sociais.

Compreendendo o fácil acesso ao agrotóxico e suas capacidades nocivas é necessário para os profissionais da psicologia refletirem sobre as interações resultantes dos meios sociais dos indivíduos, daquilo que é coletivo e individual, e também das diversas formas que esse agente neuro tóxico atua de forma silenciosa e invisível, podendo causar danos irreversíveis e que podem iniciar a atividade pouco a pouco e eclodir somente após anos, sem que o sujeito compreenda a origem do problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre políticas públicas possíveis e ainda postas como desafios, seria de fato incentivar e promover condições para que as famílias de baixa renda tivessem e devolvessem condições para cultivarem pequenas hortas, pequenos roçados, que fossem individuais e/ou coletivos, para evitar o consumo de produtos banhados por agrotóxicos. Promovendo assim saúde física e mental desses indivíduos.

Cabe ainda ressaltar a importância do papel do psicólogo nesse contexto social, no que tange propor e promover políticas públicas cabíveis e palpáveis. Colocar em pauta em espaços coletivos da Psicologia, como faculdades, reuniões de Conselho Regional de Psicologia e outros, essas questões sociais, fazer entender a necessidade do psicólogo se envolver e efetivamente estar inserido nas comunidades, para então fazer um trabalho efetivo. Muitas vezes as possíveis soluções estão mais próximas e relativamente baratas, o que falta é mobilizar e trazer a tona essas questões.

A relação entre índices de suicídio e o uso indiscriminado de agrotóxicos, principalmente no estado de Mato Grosso que se destaca por ser um estado geograficamente grande e relevante no cenário agrícola brasileiro, chama a atenção para então pesquisar e buscar informações sobre a correlação desse assunto. Justificando assim a importância desse estudo, que objetiva alertar e convida à reflexão tanto para a classe acadêmica, quanto à sociedade como um todo. Pensando nisso trouxemos este ensaio teórico para refletir sobre tais implicações que podem afetar a população como um todo, estabelecendo essa relação de cuidados, perante a nossa formação como futuras psicólogas. Diante das constantes e as possíveis liberações desses agentes químicos, vimos a necessidade de falar sobre desmistificar crenças. Além disso, os agrotóxicos atingem toda a população, já que foi comprovada a contaminação em plantações e rios que abastecem a região urbana. O índice de suicídio é um alerta para a população, sobretudo, para os profissionais de diversas áreas da saúde para propor uma intervenção multidisciplinar e trabalhar, principalmente, nos estudos e orientação sobre o uso correto dos EPIs, onde poderá reduzir o contato direto do trabalhador com o agrotóxico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMUSSA, A.; SCHIMIDT, M. L. G. O contato com agrotóxicos e os possíveis agravos à saúde de trabalhadores rurais. **Rev. Psicol. Unesp**, Assis, vol. 8, n 2, pp. 184-188, 2009.

BARONAS, R. L. Agrotóxico versus pesticida: notas de leitura sobre polêmica e a memória discursiva. **Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso**, São Paulo, vol. 14, n. 2, pp. 62-87, abr. 2019.

BOTEGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicol. USP**, São Paulo, vol. 25, n. 3, pp. 231-236, dez. 2014.

BRASIL. Câmara Legislativa. **Comissão de Seguridade Social e Família**. Audiência Pública. Fernanda Benquerer Costa, 10 out. 2017. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1509/17&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:00&sgFaseSessao=&Data=10/10/2017&txApelido=SEGURIDADE%20SOCIAL%20E%20FAM%20C3%20DLIA&txFaseSessao=Audi%20C3%20Ancia%20P%20C3%20BAblica%20Extraordin%20C3%20Aria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=16:00&txEtapa=>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

_____. **Edital de chamamento nº 10**, de 13 de agosto de 2019. Diário Oficial da União: seção 3, Brasília, ano 156, 14 ago. 2019. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-de-chamamento-n-10-de-13-de-agosto-de-2019-210578667>>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. **Lei nº 7.802**, de 11 de julho de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17802.htm>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Revisão da legislação brasileira de agrotóxicos**. Brasília: 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/revisao-da-legislacao-brasileira-de-agrotoxicos>>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do SUS - DATASUS** Epidemiológicas e Morbidade. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/niMT.def>>. Acesso em: 01 set 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1876**, de 14 de agosto de 2006. Brasília: 2006. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html>. Acesso em: 03 jul. 2020.

_____. Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância em Saúde. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. vol. 1. tomo 2. Brasília: 2018. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_nacional_vigilancia_populacoes_expostas_agrotoxicos.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

_____. Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância em Saúde. **Suicídio. Saber, agir e prevenir**. Brasília: 2017. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/20/folheto-Suicidio-Publico-Gera.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 4146**, de 2019. Brasília: 2019. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7981341&ts=1582130611038&disposition=inline>>. Acesso em: 16 set. 2019.

CANAL RURAL. **Agrotóxicos: auditores fiscais fecham fábrica clandestina em Mato Grosso**. 09 mar. 2020. Disponível em <<https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/agrotoxicos-fabrica-clandestina/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CARVALHO, M. M. X. de; NODARI, E. S.; NODARI, R. O. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **Hist. cienc. saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol.24, n.1, pp.75-91, jan./mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

_____. **O Suicídio e os Desafios para a Psicologia**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/suicidio-e-os-desafios-para-a-psicologia/>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

DELEUZE, G. **Empirismo e subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: Editora 34, 1953.

DURKHEIM, E. O suicídio egoísta. In: _____. **O suicídio**: estudo de sociologia. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, cap. 2, p. 177-203.

FARIA, N. M. X. et al. Suicide rates in the State of Rio Grande do Sul, Brazil: association with socioeconomic, cultural, and agricultural factors. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 22, n 12, pp. 2611-2621, dez. 2006.

FIALHO, M. L. et al. O uso de agrotóxicos na cultura de cana-de-açúcar e os principais riscos à saúde do trabalhador rural. **Revista Científica Integrada UNAERP**, Guarujá, vol. 3, ed. 4, jun. 2018.

GAZETA DIGITAL. **Relação entre agrotóxicos e suicídios é pesquisada e gera alerta**. Cuiabá, 05 set. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/relacao-entre-agrotoxicos-e-suicidios-e-pesquisada-e-gera-alerta/548217>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul. abr.

2015. **Agrotóxicos**, [S. l.], 7 abr. 2015. Disponível em: <http://www.iagro.ms.gov.br/agrotoxicos-2/>. Acesso em: 14 mar. 2020.
- GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 22, n. 2, pp. 201-210, mai./ago. 2006.
- JUNIOR, C. S; CADONÁ, M. A. Políticas públicas de prevenção ao suicídio :os processos políticos e sociais necessários para sua implementação. **Controle Social e Desenvolvimento Territorial**, Rio de Janeiro, vol 5, n. 6, pp. 15-16, jul./dez. 2019.
- LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- LIMA, R. O. **Intoxicação por agrotóxicos e tentativas de suicídio**: Realidade Preocupante. Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (OBTEIA), 26 out. 2017. Disponível em: <http://www.saudecampofloresta.unb.br/intoxicacao-por-agrotoxicos-e-tentativas-de-suicidio-realidade-preocupante/>. Acesso em: 26 out. 2019.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, vol. 15, n. 2, pp. 320-332, mar./abr. 2011.
- MOREIRA, M. Número de agrotóxicos liberados no Brasil em 2019 é o maior dos últimos 14 anos: Ao todo, foram 474 produtos; governo diz que 94,5% são genéricos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 2019. Ambiente. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/numero-de-agrotoxicos-liberados-no-brasil-em-2019-e-o-maior-dos-ultimos-14-anos.shtml>. Acesso em: 14 mar. 2020.
- MOURA, N. N. de. Percepção de Risco do uso de agrotóxicos: o caso dos produtores de tomate de São José de Ubá/RJ. **Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**: UFRRJ, 2005. 92 p.
- OLIVEIRA, P.; VIDAL, M. O Mito da Neutralidade Científica e o Uso da Linguagem Impessoal. **CIAIQ**, Espanha, vol. 1, pp. 332-336, junho, 2017.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Ação de saúde pública para a prevenção de suicídio**: uma estrutura. Genebra: OMS, 2012.
- PALMA, D. C. de A. Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT. **Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva**: UFMT, 2011. 104 p.
- PASCHOAL, A. D. **Pragas, Praguicidas e a Crise Ambiental**: Problemas e Soluções. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- PERES, F.; MOREIRA, J. C.; CLAUDIO, L. Os impactos dos agrotóxicos sobre a saúde e o ambiente. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, pp. 4, 2007.
- RASERA, E.; GUANAES-LORENZI, C.; CORRADI-WEBSTER, C. Pesquisa como prática social: o pesquisador e os “outros” na produção do conhecimento. **Athena Digital**, Bellaterra, vol. 16, n. 2, pp. 325-347, julho, 2016.

REIS, V. Exposição a agrotóxicos em MT é quase 10 vezes maior do que média nacional. **Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)**. Rio de Janeiro, 9 abr. 2019. Disponível em < <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/exposicao-ao-agrotoxico-em-mato-grosso-e-quase-10-vezes-maior-do-que-media-nacional/40362/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

RIBEIRO, D. C. A. Problemas Ambientais Causados por Agrotóxicos: Uma Proposta de Formação de Professores de Química Viabilizando a Metodologia da Resolução de Problemas. **Dissertação, Mestrado em Química**: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

RODRIGUES, A; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. Grupos Sociais. In: _____. **Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, vol. 11, n. 1, pp. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTOS, C. A.; MACHADO, H. C. O uso de Agrotóxicos e a Saúde do Trabalhador Rural – Seus Aspectos Comportamentais e Fisiológicos. **Novos Direitos – Revista Acadêmica do Instituto de Ciências Jurídicas**, Goiânia, vol. 2, n. 1, pp. 114-126, jan./jun. 2015.

SILVA, K. de B. e; MACEDO, J. P. Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. **Psicol. Cienc. e prof.**, Brasília, vol. 37, n. 3, pp. 815-830, jul./set. 2017.

SPINK, M. J. P. **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2013.

_____. et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: Uma perspectiva pós-construcionista. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre vol.15, n.2, pp. 18-42, jul./dez. 2003.

TRAPÉ, A. Z. Efeitos Toxicológicos e Registros de Intoxicações por Agrotóxicos. **Feagri – Unicamp**: Campinas, 2003.

VEIGA, M. M. Agrotóxicos: eficiência econômica e injustiça socioambiental. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, pp. 145-152, 2017.

_____. et. al. A contaminação por agrotóxicos e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). **Rev. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, vol. 32, n. 116, pp. 57-68, 2007.

WAISSMANN, W. Agrotóxicos e doenças não transmissíveis. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, pp. 20-21, jan./mar. 2007.